Partido Socialista/Açores
Grupo Parlamentar

DECLARAÇÃO POLÍTICA
DESAFIOS DO FUTURO NO MAR DOS AÇORES
BERTO MESSIAS – LIDER PARLAMENTAR DO PS AÇORES

Sra. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Sr. Presidente do Governo

Sra. e Srs. Membros do Governo

Já por várias vezes abordamos desta tribuna o grande desafio que temos pela frente da sustentabilidade da nossa Autonomia.

Neste contexto, a defesa dos nossos recursos naturais assume especial relevância, onde o Mar dos Açores tem um papel de destaque.

A Região Atlântica, na qual se situam os Açores, tem um elevado potencial de geração de riqueza. A União Europeia e o País têm, hoje, uma noção clara das virtualidades de uma aposta forte na denominada estratégia para o “crescimento azul” e na “economia do mar”.

Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Rua Marcelino Lima, 9900-858-Horta
Tel. 292 207 640 · Fax 292 391 086 · email gpps@alra.pt
www.psacores.org · www.jsacores.org

Falar nos Açores é falar no Mar. Num recurso que tem de ser central na nossa actuação política e governativa. Para mais quando se sabe que este é um recurso cada vez mais cobiçado devido às imensas riquezas que tem, tanto nas actividades tradicionais, como a Pesca, mas sobretudo em áreas de exploração emergentes.

São cerca de um milhão de quilómetros quadrados que constituem o nosso Mar com um conjunto de recursos, de riquezas, de mais-valias muito relevantes para as nossas dinâmicas económicas futuras.

Mas é muito mais do que isso. O Mar dos Açores assegura a verdadeira dimensão atlântica de Portugal e deve ser, por isso, olhado de forma diferente pelo país.

Sobre esta matéria, recentemente o Governo dos Açores apresentou a este Parlamento o Decreto Legislativo Regional 21/2012/A que estabelece o Regime Jurídico de Revelação e Aproveitamento de Bens Naturais na Crosta Terrestre. Esse Diploma suscitou um pedido de fiscalização sucessiva ao Tribunal Constitucional por parte do Senhor Representante da República Embaixador Pedro Catarino.

Esta semana, o Tribunal Constitucional emanou um Acórdão no âmbito desse pedido de fiscalização que, pese embora as reservas legais manifestadas por uma visão restritiva de alguns conceitos, consagra uma questão absolutamente fundamental para os Açores, ou seja, o reconhecimento de que a gestão dos recursos minerais marinhos na Região não é uma competência exclusiva do Estado, mas deve ter uma gestão partilhada conforme sempre defendemos.

É, por isso, imperativo, a definição clara e concreta em que termos essa gestão partilhada deve ser feita.

Sra. Presidente
Sras. e Srs. Deputados
A estratégia para o Mar elenca um conjunto de objetivos que a Região se considera, quer legal quer funcionalmente, competente para desenvolver. Trata-se daqueles que contendem com a preservação do ambiente marinho, com vista a alcançar, ou sustentar, o bom estado ambiental das águas marinhas do atlântico em 2020; Com a viabilidade técnica e económica da exploração dos recursos minerais marinhos do atlântico bem como o respetivo

impacto ambiental, e o desenvolvimento e teste de tecnologias inovadoras de mineração;

É assim, com base nestes eixos que têm, naturalmente, repercussão também ao nível da alocação de fundos europeus para desenvolvimento dos projetos com os quais temos que nos “alinhar” de forma a maximizarmos as potencialidades da nossa posição geoestratégica e dos nossos recursos endógenos.

Trata-se, em larga medida, da materialização de uma estratégia de Especialização Inteligente que atribui grande preponderância à adequação dos incentivos públicos ao estímulo de processos de inovação, que conjuguem as competências instaladas, e as oportunidades tecnológicas e de mercado.

Nunca é demais salientar que estamos, hoje, colocados perante esta oportunidade porque soubemos, quer através da participação qualificada nos diversos fóruns europeus em que os Açores dispõem de representação, quer da nossa capacidade de influenciar decisões ao nível da União mas também do Estado português, fazer valer esta nossa visão atlantista que radica na, felizmente, cada vez

mais reconhecida necessidade, da Europa e Portugal, se voltarem para o Atlântico focalizando-se nas suas enormes potencialidades.

Neste sentido, não podemos deixar de destacar o trabalho desenvolvido pela Universidade dos Açores, por via do Departamento de Oceanografia e Pescas (DOP) que desde a sua fundação assumiu como lema "o conhecimento científico, a conservação da vida marinha e o uso sustentável do Oceano Atlântico na Região dos Açores".

Também no cumprimento do objetivo de melhorar a competitividade deste sector e procurando inverter a pouca atratividade dos jovens para o emprego na pesca o Governo Regional anunciou, para o corrente ano, um investimento âncora no capital humano. A Escola do Mar, a sedear aqui na cidade da Horta, é uma aposta nas profissões do mar, como fator de integração e criação de emprego.

Pretende-se que este centro de formação seja de excelência e contribua para responder à procura de marítimos certificados no mercado regional, mas que também funcione como um polo de atração de públicos externos com interesse nas profissões do mar, das tradicionais e emergentes. Para além das pescas e da

navegação comercial e portuária, a formação de operadores marítimo-turísticos será uma área com grande capacidade de atração.

Quanto às chamadas autoestradas do mar que visam, sobretudo, melhorar a acessibilidade e a conetividade, aumentando o tráfego marítimo que, como sabemos, é ambientalmente bastante mais sustentável do que outros meios de transporte o objetivo, da Política Marítima Integrada, é desenvolver portos enquanto placas giratórias da "economia azul", apostando na modernização das infra estruturas a fim de melhorar as ligações, fomentando a intermodalidade, reduzindo com isso o tempo de rotação dos navios, sendo importante, também, analisar e promover redes portuárias e novas rotas marítimas entre portos europeus.

Sra Presidente
Sras e Srs Deputados
Sr Presidente do Governo dos Açores
Sra e Srs Membros do Governo

O Mar enquanto alavanca de desenvolvimento não é um tema novo para os Açorianos. Desde há muito que o Partido Socialista

promove uma discussão pública acerca desta temática. Temos uma clara noção das potencialidades das estratégias centradas no "crescimento azul" e da influência que os Açores podem ter no sucesso deste desígnio, que é Regional, Nacional, mas também europeu.

Ao longo dos anos desenvolvemos um conjunto de iniciativas que tiveram como objetivo discutir os impactos, na economia das nossas ilhas, de uma exploração sustentável dos recursos marítimos e marinhos.

Já ouvimos por diversas vezes o Sr. Presidente da República afirmar a importância dos Assuntos do Mar para o futuro de Portugal.

Ouvimos ontem a Sra. Ministra da Agricultura e Pescas a referir que pretende duplicar a importância do Mar no PIB Português, até 2020.

Mas, não temos dúvidas, Os Órgãos de Soberania do nosso País não se podem distrair, e têm de perceber que não poderão falar do Mar, sem falar dos Açores e sem considerar as nossas

especificidades, as nossas mais-valias e as nossas pretensões e preocupações.

Sra. Presidente
Sras. e Srs. Deputados
Sra. e Srs. Membros do Governo
Temos, assim, nesta área, grandes desafios pela frente.

É por isso fundamental ter a capacidade de influenciar decisões sobre estas matérias nas plataformas nacionais, mas sobretudo nas plataformas europeias e mundiais. Como já referimos, este é um recurso cada vez mais valorizado e cobiçado. A nossa representação externa e os nossos interlocutores nas instâncias comunitárias têm de estar preparados, ao mais alto nível, para defender os nossos interesses numa questão tão importante para o presente e para o futuro, integrando as redes negociais e de decisão sobre esta questão e, também, abrindo portas na resolução e desbloqueio de problemas que, por incapacidade ou por falta de vontade, não são resolvidos pelo Governo da República.

Valorizamos, também, o debate e as reflexões que representem mais-valias e mais conhecimento para a Região. Desta forma, o

Grupo Parlamentar do Partido Socialista iniciará, já este mês, o Roteiro da Economia do Mar, onde promoveremos um conjunto de visitas, reuniões e debates sobre esta matéria, recolhendo informações, falando com especialistas, acompanhando de perto todo o trabalho que tem sido desenvolvido, percebendo o trabalho que ainda falta fazer e aproveitando também o Know-how e conhecimento que vários deputados do nosso Grupo Parlamentar têm desta matéria, nas suas diversas dimensões, num contributo que julgamos pertinente para a acção executiva do Governo dos Açores e para a sociedade açoriana.

Sra. Presidente
Sras. e Srs. Deputados
Falar da sustentabilidade e da afirmação da nossa Autonomia será sempre falar do Mar, o nosso Mar. Porque o Mar dos Açores é dos açorianos e teremos de ser nós os principais beneficiários das suas mais-valias.

E não abdicaremos dos nossos direitos e das nossas competências.

Tal como a Constituição da República é hoje uma das mais importantes manifestações da nossa soberania, a nossa Autonomia protegida na Constituição tem de ser a fortaleza preservada onde construímos formas alternativas de solidariedade e de desenvolvimento.

A defesa da dimensão atlântica e marítima de Portugal só é possível com uma autonomia vigorosa que não seja comprometida pela visão redutora e pela estreiteza de pensamento estratégico que reduz Portugal à pequenez das circunstâncias financeiras.

Dessa forma, viveremos sem ambição de futuro, sem respeito pela herança histórica e sem sentido de Estado numa manifesta diminuição da nossa identidade política e cultural enquanto povo.

E esta tarefa tem de ser uma prioridade de todos. Todos os agentes políticos da nossa Região devem estar comprometidos com a afirmação da nossa Autonomia, associada à defesa dos nossos recursos naturais, onde o Mar tem especial relevância.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 10 de Abril de 2014